

A DISCIPLINARIZAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL E OS SEUS EFEITOS NO IMAGINÁRIO ACERCA DO IDIOMA AOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

Elaine Daroz^a

RESUMO

A reprodução do discurso de um caráter de urgência acerca da aprendizagem da língua inglesa contribui para uma relação hierárquica em que pese a língua materna. Filiados aos pressupostos da Análise de discurso francesa (PECHEUX, 1969; 1999; 2000), propomos uma reflexão acerca do lugar da disciplinarização do idioma em nosso país, considerando os seus efeitos no imaginário de língua ao aluno.

PALAVRAS-CHAVE: língua inglesa; ensino; análise de discurso.

Recebido em: 06/03/18

Aprovado em: 07/09/18

Palavras iniciais

Inúmeros dizeres acerca da emergência de aprender a língua inglesa para a inserção do sujeito na sociedade globalizada são postos em circulação em nossa formação social. A nosso pensar, tais dizeres relativamente estabilizados direcionam os sentidos para uma hierarquização do idioma anglo-saxão, muitas vezes discursivizados a partir de uma posição de destaque no seio social.

^a Professora de Língua inglesa em diferentes modalidades e níveis de ensino; pós-doutoranda sob a supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa (USP/FFCLRP). lainedaroz@gmail.com

Presente em esportes, informática, língua-padrão em convenções mundiais no mundo corporativo e/ou acadêmico, inúmeros vocábulos em inglês se presentificam em nosso cotidiano. Personagens imaginariamente elegantes e/ou bem-sucedidas em novelas de ampla visibilidade no país também fazem valer expressões em inglês, promovendo uma ilusão de refinamento que se marca também em manuais de decoração e arquitetura. Além disso, vocábulos e frases em língua inglesa impressos em peças de vestuário, muitas vezes de forma descontextualizada, também fazem parte de um repertório que visam à naturalização do idioma em nossa formação social. No setor gastronômico, por sua vez, as cadeias de alimentação difundem não apenas o idioma, que se marca na designação de seus pratos, mas também diferentes hábitos e padrões alimentares, promovendo uma reprodução de um estilo de vida exógeno.

A difusão de um estilo de vida outro também se marca em diversos cursos livres de idiomas que têm como alguns dos objetivos do ensino de línguas a propagação da cultura. Preocupação esta que se marca, muitas vezes, a própria nominalização da empresa, como no caso do CCAA – Centro Cultural Anglo-Americano – Cultura Inglesa entre outros que possuem como missão o desenvolvimento intelectual e cultural dos sujeitos-aprendizes assim como da sua equipe, operando a ilusão de uma relação direta entre língua e cultura.

A reprodução de tais sentidos é legitimada pelas leis que gerem a educação nacional e, muitas vezes, se materializa na prática docente. Considerando que a escola ocupa um lugar de representatividade na regularização de uma memória sobre o idioma em nossa formação social, propomos, neste trabalho, uma reflexão sobre a disciplinarização da língua inglesa no Brasil e os seus efeitos no imaginário de língua inglesa aos alunos¹ de escolas públicas no país.

Compreendemos que os sentidos não são fixos a priori, mas se estabelecem no fio discursivo por uma disputa ideológica, a fim de se regularizarem no seio social. Filiados aos pressupostos teórico-analíticos da Análise de discurso

¹ Numa abordagem psicanalítica a que se aporta a Análise de discurso, consideramos que o imaginário é constitutivo do sujeito na sua relação com a língua, compondo o laço borromeano que compreende, ainda, o Real e o simbólico. Sob esse viés, a relação entre sujeito e língua se estabelece via inconsciente, num processo pelo qual sujeitos e sentidos se constituem concomitantemente. Para uma leitura mais aprofundada, sugerimos a leitura de Lacan (1999), em *O seminário 5: as formações do inconsciente*.

de linha francesa (PECHEUX, 1969; 1999; 2000), em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, propomos um repensar acerca desses sentidos sobre (e para) a língua inglesa, relativamente estabilizados em nossa formação social, levando em consideração os processos de disciplinarização do idioma em nosso país e os seus efeitos nos sujeitos contemporâneos.²

A questão da disciplinarização da língua inglesa: uma perspectiva analítico-discursiva das leis da educação

De acordo com Auroux (2009), a institucionalização do saber promove diferentes modos de significação na e da língua, na medida em que a oficializa e a legitima sob um efeito de unidade. Sob um efeito de evidência, os sentidos sobre (e para) a língua inglesa são legitimados no contexto escolar, contribuindo para a regularização de uma memória sobre o idioma em nossa formação social, com implicações na relação que se estabelece entre sujeito e língua, em que pese a relação do sujeito com a língua materna.

A língua inglesa adentra o cenário educacional brasileiro sob o discurso de inserção do sujeito na sociedade globalizada. Nesse contexto, a difusão do idioma se torna uma questão de Estado, que fornece a sua regulamentação e normatização por meio de suas leis.

Em seu artigo 26, parágrafo quinto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (BRASIL, 1996) assegura que a inserção de uma língua estrangeira moderna é obrigatória no programa escolar, a critério da comunidade escolar. Segundo o documento,

na parte diversificada do currículo **será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.** (grifo nosso)

² Esse artigo é fruto do trabalho de investigação empreendido em minha tese, defendida em 2018, na Universidade Federal Fluminense (CAPES/FAPERJ), sob a orientação da Profa. Dra. Silmara Dela Silva. A pesquisa debruça-se sobre uma análise dos dizeres sobre a língua inglesa na atualidade e os seus efeitos no imaginário de língua que se constitui para o aluno.

Após 35 anos (1961-1996) como disciplina complementar, o idioma anglo-saxão adentra o cenário educacional e assume o lugar de uma disciplina tão importante quanto outra do programa escolar.

No ambiente escolar, o termo disciplina é frequentemente discursivizado como um conjunto de conteúdos (ou matérias) pré-estabelecido(a)s acerca de um conhecimento específico. Consideramos que a naturalização desses sentidos aparentemente evidentes promove um apagamento das questões ideológicas constitutivas desse processo. A fim de uma desnaturalização desses sentidos, Chiss e Puech (2010) promovem um deslocamento entre os termos disciplina e disciplinarização, colocando em jogo a tensão constitutiva na qual os sentidos se regularizam na formação social.

Segundo os autores, enquanto na noção de disciplina é posta a questão de transmissão de conhecimentos como fundamental (central), a disciplinarização abarca os aspectos práticos da organização da transmissão do conhecimento, assim como a questão da historicidade na qual essa organização é regularizada (CHISS; PUECH, 2010).

Embora no documentado citado – LDBEN – a obrigatoriedade não restrinja o ensino da língua inglesa no cenário educacional, observamos que o idioma anglo-saxão é, em geral, ofertado majoritariamente nas escolas regulares de ensino básico, em especial nas públicas brasileiras, em detrimento de outras línguas estrangeiras. Podemos compreender a primazia do ensino do inglês nas escolas regulares com base nos dizeres que se presentificam nos PCN. De acordo com o documento (BRASIL, 1998),

Os fatores históricos estão relacionados ao papel que uma língua específica representa em certos momentos da história da humanidade, [...] A relevância é freqüentemente determinada pelo **papel hegemônico dessa língua nas trocas internacionais**, gerando implicações para as trocas interacionais nos campos da cultura, da educação, da ciência, do trabalho etc. **O caso típico é o papel representado pelo inglês, em função do poder e da influência da economia norte-americana** (grifo nosso).

Sob um dos efeitos da globalização entre os povos, a língua inglesa é inserida no contexto escolar tendo em vista os fatores econômicos concernentes ao cenário mundial, frequentemente relacionados ao poderio norte-americano. A considerar o caráter constitutivamente ideológico inerente ao discurso (PÊCHEUX, 1988 [1975]), consideramos que tais dizeres se ancoram numa concepção de língua utilitarista e se regularizam no seio social a fim de atender as ditas demandas da atual sociedade.

Em contraposição à ilusão de transparência com que esses dizeres se regularizam, Pêcheux (2000) expõe o caráter contraditório inerente a todo discurso, visto que se realiza constitutivamente sob uma forma de divisão. Observamos que a contradição nos efeitos de sentidos das leis se marca por um desacordo entre o discurso de urgência da aprendizagem da língua inglesa tendo em vista o cenário mundial e a oferta do idioma nas escolas regulares no país.

Em seu quarto artigo, concernente ao título III – do direito à Educação e do Dever de Educar, a LDBEN (BRASIL, 1996) assegura que

o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Com podemos observar, ao contrário do que se pode pensar acerca do discurso da necessidade de aprendizagem do idioma, que se marca nos documentos legais, o ensino-aprendizagem da língua inglesa no país é norteador por uma oferta minimalista de transmissão dos saberes.

Segundo Chiss e Puech (1999), o saber, produzido e disciplinarizado, circula em condições históricas-enunciativas específicas, sendo pautado por uma representação disciplinar que ocorre no processo de constituição (do saber), com implicações na relação de ensino e aprendizagem. Sob esse ponto de vista, o jogo imaginário é constitutivo desse processo e intrínseco à transmissão dos conhecimentos.

O ensino da língua inglesa é frequentemente ministrado em escolas regulares, em especial nas escolas públicas, por meio de instrumentos linguísti-

cos (AUROUX, 1992) como manuais, dicionários, gramáticas. Sob o efeito de evidência, os sentidos que ali se inscrevem, legitimados nos documentos que gerem a educação no país, são frequentemente reproduzidos na prática docente, produzindo seus efeitos na relação do sujeito aprendiz com a língua inglesa.

Os efeitos do ensino da língua inglesa, como disciplina, e seu impacto no imaginário dos alunos de escolas públicas no Brasil

Com Althusser (1970), compreendemos que o efeito de obviedade com que os sentidos sobre (e para) a língua inglesa são regularizados em nossa formação social é resultante da interpelação ideológica, desde sempre lá, a fim de assujeitar os sujeitos contemporâneos à ordem vigente.

Segundo o autor (ALTHUSER, 1967, p. 242), a ideologia “é o cimento da sociedade, indispensável para transformar os homens e pô-los em condições de responder às exigências de suas condições de existência”, cuja função é de organizar – por meio de normas e regras essenciais à conduta social – e induzir os membros da sociedade a aceitar, sem resistências, as tarefas que lhes são atribuídas. Sob ilusão de transparência da linguagem, a ideologia opera nos sujeitos um efeito de evidência dos sentidos e se materializa nas práticas dos sujeitos. Para tanto, os aparelhos do Estado têm como função prático-social a reprodução/naturalização dos sentidos concernentes à ordem ditada, tendo em vista a sustentação/manutenção do poder.

Dentre os aparelhos ideológicos do Estado, segundo Althusser (1970, p. 79), a escola ocupa posição dominante, visto que é responsável por se encarregar “das crianças de todas as classes sociais, desde o maternal, e inculca-lhes, desde a mais tenra idade em que a criança é espremida pelo aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante”.

O processo de disciplinarização/manualização da língua inglesa se firma numa política de línguas (GUIMARÃES, 2000) sobredeterminada por questões ideológicas. Nessa esteira, o discurso da imprescindibilidade de aprendizagem da língua inglesa pautada na hegemonia norte-americana no cenário mundial, discursivizado nas leis da educação no país, perpassa os sentidos de uma cultura supostamente singularizada que se materializa nas práticas educacionais.

As festividades de *Halloween*, advindas de países anglófonos são frequentes em escolas regulares brasileiras, muitas vezes pautadas em recreação, sem que haja uma reflexão dessas práticas, em silenciamento acerca da questão da historicidade na e pela qual essas festividades se regularizaram nas respectivas formações sociais³ (DARÓZ, 2018). Compreendemos que a mera reprodução dos sentidos sobre o idioma e o seu ensino em escolas regulares promove um apagamento das questões ideológicas que se presentificam nesses dizeres, tendo em conta uma representação de língua e uma idealização de sociedade.

De acordo com Puech (1998), a disciplinarização do saber é um processo complexo, que envolve não apenas os conteúdos materializados nos manuais didáticos, mas perpassa os atos enunciativos dos agentes do conhecimento.

Segundo os autores, a passagem do conhecimento acadêmico para a transmissão do saber é parte de um processo de manualização que implica a “transmissão, apropriação, reinvestimento, em vez do próprio produto, ou seja, o livro de texto como objeto sociocultural claramente identificado pela aproximação/diferenciação (d’) com outros produtos socioculturais do mundo aprendido [...], refletindo uma representação do conhecimento disciplinar com efeito para uma promoção da enunciação como a apropriação final do significado e do mundo cultural em sua totalidade”.

Como podemos observar, no ambiente escolar, é pelo processo de manualização que se torna possível uma (re)atualização dos sentidos, que se realiza tanto pelo trabalho de didatização dos conteúdos, como pela contextualização dos conhecimentos produzidos, possibilitando novos sentidos e, por conseguinte, novas leituras. Para os autores, nesse processo, os atos enunciativos se tornam um ponto crucial na transmissão do conhecimento (CHISS; PUECH, 1999). Sendo assim, o docente ocupa um relevante papel na constituição do imaginário de língua inglesa aos sujeitos discursivos, em especial aos alunos de escolas públicas que possuem, em geral, baixas condições financeiras e, por conseguinte, pouco acesso às diferentes formas de conhecimento.

³ Esta reflexão advém de pesquisas e gestos de análises realizados em nossa tese, tendo em vista uma melhor compreensão dos modos de subjetivação do sujeito à língua em aprendizagem.

Considerando as condições de produção da transmissão do saber sobre a língua em escolas públicas regulares, compreendemos que a reprodução dos sentidos sobre (e para) a língua inglesa no cenário educacional, que se materializa nas práticas dos docentes por uma reprodução dos sentidos acerca de uma língua universal e uma cultura una, se realiza com vistas à legitimação de tais sentidos no ambiente escolar.

Em nosso país, embora o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – disponibilize obras didáticas do Ensino Básico às escolas públicas, observamos que, em escolas públicas de diferentes regiões do país, os livros didáticos de língua inglesa são em número insuficiente para a quantidade de alunos e frequentemente descontextualizados. Agregada a essa situação, a carga horária mínima para o ensino do idioma (50 minutos/semana) faz com que a utilização do livro didático seja inviabilizada, tornando a posição do professor central na transmissão do saber sobre a língua inglesa. No contexto escolar, outro fator relevante é a defasagem no aperfeiçoamento do conhecimento dos professores de língua estrangeira, visto que atuam em diferentes escolas e com um número de turmas elevado para suprir o seu sustento.⁴

Nesse cenário, o ensino-aprendizagem da língua inglesa se firma numa perspectiva de língua utilitarista e totalmente acessível ao sujeito. Sob esse viés, a escola produz um saber sobre a língua, muitas vezes calcado nas questões morfossintáticas, com vistas à organização da língua e à apreensão de vocabulário, em detrimento de um pensar (e fazer) crítico acerca da entrada e apreensão do idioma em nosso país.

Nesse cenário, o caráter emergencial de aprendizagem da língua inglesa nos faz pensar no papel da língua inglesa como uma língua de colonização no novo mundo, objeto de estudo de Mariani (2004), em seu livro *Colonização lingüística*. De acordo com a autora, sob os efeitos dos processos de

⁴ Distante de uma generalização, a posição de analista da autora se funda na sua experiência como professora de língua inglesa – do 6º do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio – em diferentes escolas públicas no país – regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Em diálogo com o saber acadêmico, como assinala Puech (1998), pelo aporte teórico da teórico que sustenta a pesquisa, buscamos em nossa reflexão suscitar questionamentos acerca do ensino de línguas no país rumo a um novo caminho.

mercantilização aproximadamente no século XVII e da expansão do Império Britânico, o ensino e a difusão da língua inglesa eram pautados em fins pragmáticos, tendo em vista a consolidação das necessidades de estabelecimento da nova terra.

Nesse contexto, a fundação de escolas, o processo de manualização da língua inglesa com a criação de livros como *phrase books* e dicionários fizeram parte de uma política linguística para o ensino da língua e cultura inglesa, tendo em vista uma rápida propagação de língua no cenário global para o estabelecimento das relações comerciais e, sobretudo, para transmitir o modo de vida inglês na nova terra (MARIANI, 2004).

Como vimos afirmando, sob o discurso de inclusão do sujeito na atual sociedade, a inserção da língua inglesa nas escolas regulares perpassa os sentidos de uma língua supostamente universal e uma cultura ilusoriamente una. Em contraposição a uma noção de cultura totalizante, com base nos estudos freudianos, a cultura discursivamente pensada por Mariani (2009) como resultante de práticas dos sujeitos e entre sujeitos, concernentes a uma determinada formação histórica, isto é, à relação que o sujeito estabelece com o exterior, revelando uma alteridade constitutiva na sua relação entre o “eu” que enuncia, particular e individual, e a exterioridade que o assujeita, o habita e o constitui. Ao abordar essas questões, Mariani traz à tona a questão da alteridade constitutiva do sujeito, apontando a importância da exterioridade como elemento constitutivo do sujeito. Nessa relação, acreditamos, a escola ocupa lugar preponderante na regularização de uma memória sobre a língua no seio social, com implicações na relação constitutiva que se estabelece entre o sujeito e a língua em aprendizagem.

Discursivamente compreendemos que a entrada do sujeito em uma língua outra extrapola as questões pertinentes à organização da língua, e é constituída historicamente por meio de uma filiação a uma rede de significantes em um movimento contínuo e ininterrupto de identificação/subjetivação em decorrência do processo de interpelação ideológica, indissociável do processo de inscrição do sujeito a uma nova ordem.

Mais que um processo totalmente consciente pelo qual o sujeito se submete a um sistema linguístico outro, segundo Celada e Payer (2016), inerente aos processos interpelação/subjetivação está a projeção do sujeito

acerca dessa língua, como um movimento que impulsiona a inscrição do sujeito, que se marca por uma identificação desse sujeito a uma língua outra e, por conseguinte, a uma nova ordem que lhe é própria. Concomitante a esse processo está a disponibilidade do sujeito para ocupar determinadas posições no simbólico, colocando-se numa relação tensa constitutiva da língua, sujeito a falhas, deslizos, equívocos e deslocamentos próprios da ordem da língua, na medida em que advém de processos sócio-histórico-ideológicos de sua formação.

Ancorado no discurso da globalização dos povos, o apagamento dessas questões possibilita um imaginário de língua *prêt-à-porter*, pronta a ser usada, na qual se inscreve uma cultura ilusoriamente singularizada. A nosso pensar, a reprodução de tais sentidos contribui para a regularização de uma memória sobre (e para) a língua inglesa supervalorizada em nossa formação social, em que pesem as questões identitárias do brasileiro em relação à língua materna.

Para concluir ...

A considerar o lugar de representatividade que a escola ocupa no seio social, os documentos oficiais que gerem a educação no país atuam como espaço regulador/normatizador dos sentidos que ali se inscrevem, regularizando uma memória sobre a língua inglesa e o seu ensino na atualidade.

Em especial nas escolas públicas, em que a maioria dos alunos vivem em condições sociais e econômicas precárias e quase sem acesso às diferentes formas de conhecimento, os atos enunciativos do professor e demais agentes do conhecimento são de suma relevância na transmissão do saber sobre a língua, tendo em vista os processos de interpelação/identificação⁵ do sujeito aprendiz ao idioma.

A pensar nas relações de poder constitutivas dos jogos na e da língua, a legitimação dos dizeres sobre a língua inglesa no cenário educacional está intrin-

⁵ Numa abordagem discursiva, compreendemos que a identificação se realiza por um movimento concomitante e indissociável do processo de interpelação (ALTHUSSER, 1970) à ordem vigente, constitutivo da relação entre sujeito e língua.

secamente ligada a uma política de línguas que se marca por um descompasso entre o discurso da imprescindibilidade da aprendizagem do idioma e a prática docente. A mera reprodução desses sentidos regulariza uma memória do dizer sobre a língua e cultura norte-americana, operando no sujeito pragmático a instauração do desejo do outro que se marca por uma *mimese* comportamental, em consonância com as demandas do mercado cujas bases se firmam na sociedade capitalista.

Com base na reflexão aqui apresentada, propomos uma questão: em nosso país, o processo de disciplinarização da língua inglesa se realiza no ambiente escolar, tendo em vista uma inscrição do sujeito a uma nova ordem, na e pela língua do outro, ou se marca por um processo de neocolonização do sujeito à ideologia dominante? Nessa reflexão, buscamos não só expor o caráter ideológico dos dizeres sobre o idioma em nossa formação social, como também contribuir com um novo olhar para as práticas de ensino e aprendizagem de línguas no cenário educacional brasileiro.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970.

_____. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

AUROUX, S. *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CELADA, Maria. Teresa; PAYER, Onice. *Subjetivação e processos de identificação: sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões e ensino*. Campinas: Pontes, 2016.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. *Le langage et ses disciplines: XIX-XX siècles*. Paris/Bruxelles: Editions Duculot, 1999.

DARÓZ, Elaine Pereira. *Do silêncio ao eco: uma análise dos dizeres sobre a língua inglesa e o seu ensino que ressoam no discurso do aluno*. 2018. 196f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *Enunção e política de línguas no Brasil*. 2000. Disponível em [file:///C:/Users/user/Downloads/Gumar%C3%A3es+-+pol%C3%ADtico%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Gumar%C3%A3es+-+pol%C3%ADtico%20(4).pdf) Acesso em 5 nov. 2018.

LACAN, Jacques. *O seminário livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

MARIANI, Bethania Corrêa Sampaio. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Sujeitos e discursos contemporâneos. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina.; MITIMMAN, Solange (Org). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Campinas: Mimeo, 2000 [1977].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969].

PUECH, Christian. *Manuéliation et disciplinarisation des savoirs de la langue. L'énonciation*. 1998. Disponível em <https://cediscor.revues.org/267>. Acesso em 5 set 2018.

DISCIPLINARIZATION OF THE ENGLISH LANGUAGE IN BRAZIL AND ITS EFFECTS ON OF STUDENTS'IMAGINARY ABOUT THE LANGUAGE IN PUBLIC SCHOOLS IN BRAZIL

ABSTRACT: The reproduction of the discourse about the urgent character of the learning of the English language contributes to a hierarchical relationship concerned with the mother tongue. Affiliated to the French Discourse Analysis (PECHEUX, 1969; 1999; 2000), we propose a reflection about the place of the disciplinarization in the regularization of these senses, considering its effects on the imaginary's students.

KEYWORDS: English language; teaching; French discourse analysis.